

MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.795.211/0001-70

NIRE nº 35.300.414.284

COMPANHIA ABERTA

Proposta de Administração da Companhia à Assembleia Geral Ordinária

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. à presente proposta de administração da Companhia, contendo as informações e documentos relacionados com os assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia a ser realizada no dia 25 de abril de 2017 às 09:00 horas.

Na AGO serão deliberadas as seguintes matérias:

I) Apreciação das contas referentes ao exercício findo em 31.12.2017

Aprovar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

II) Proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2017

Aprovar a retenção, com fundamento nos §4º do artigo 202 da Lei das S.A., do valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os valores retidos serão, na forma do § 5º do artigo 202 da Lei das S.A., registrados em reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

III) Eleição dos Administradores

Proposta de reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Fabio Lewkowicz, Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves, Monica Jorgino Marcondes, Alberto Costa Sousa Camões, Eduardo Magalhães Oliveira, Antônio Carlos Romeiras de Lemos, Fernando Zingales Oller do Nascimento e Alan Lewkowicz. Em cumprimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, o Anexo II à presente Proposta da Administração contém informações constantes dos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência.

IV) Fixação da Remuneração dos Administradores

Em cumprimento ao disposto no art. 12, inciso II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, o Anexo III a presente Proposta da Administração contém informações constantes do item 13 do formulário de referência, relativas à remuneração dos administradores para exercício social de 2018.

A administração propõe a aprovação de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2018 em até R\$ 2.541 (dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais), que deverá se estender até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2019. O Conselho de Administração deverá definir a remuneração individual de cada um dos administradores da Companhia, observando o Estatuto Social.

V) Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia

Em cumprimento ao disposto no artigo 9, III, da Instrução CVM nº 481, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência no Anexo IV a presente Proposta da Administração.

ANEXO I

Em cumprimento ao disposto no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”) fornece abaixo as informações solicitadas em tal formulário:

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Lucro líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 381.710,10 (Trezentos e oitenta e um mil, setecentos e dez reais e dez centavos).

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

A Companhia não fará a distribuição de dividendos, decidindo fazer a retenção na forma do § 5º do artigo 202 da Lei das S.A., onde será registrado em reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devendo ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não houve qualquer distribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve a distribuição de dividendos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d) Data de declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie de classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Exercício	381.710,10	12.823.435	(9.284.527)
Quantidade de Ações	1.733.988	1.733.988	1.733.988
Valor por Ação	0,2201	7,3953	(5,3544)

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado a reserve legal

Foi destinado para reserva legal o valor de R\$ 19.085,50 (Dezenove mil e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

b) Detalhar à forma de cálculo da reserve legal

5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever à forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da Lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia,

em Lei e no Estatuto e compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no período.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Não houve pagamento do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

c) Informar o montante eventualmente retido

O valor da retenção do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 90.656,15 (Noventa mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos).

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

a) Informar o montante da retenção

O valor da retenção do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 90.656,15 (Noventa mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos).

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia teve resultado antes de impostos no valor R\$1.050.053,41 (Um milhão, cinquenta mil, cinquenta e três reais e quarenta e um centavos), apurando um lucro líquido de R\$ 381.710,10 (Trezentos e oitenta e um mil, setecentos e dez reais e dez centavos). Os principais vetores de evolução foram a otimização na utilização do ativo, a redução das despesas financeiras, a diluição do custo fixo de estrutura e o crescimento de 4,5% da receita de locação.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Os acionistas da Companhia aprovaram a retenção de todo o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em virtude de a Companhia encontrar-se em fase de investimentos em sua operação sendo, neste momento, a distribuição de dividendos incompatível com os planos de crescimento da Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingência

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

O montante destinado à reserva de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 109.741,65 (Cento e nove mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

O montante destinado à reserva de lucros é composta pelos seguintes valores: R\$ 19.085,50 (Dezenove mil e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos) destinado como reserva legal e R\$ 90.656,15 (Noventa mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos) destinado como reserva especial, caracterizado pela retenção de dividendos. Sendo que este último, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante destinado à retenção

Não aplicável

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado

Não aplicável

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

ANEXO II

Em cumprimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”) fornece abaixo as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, regime informacional previsto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a que emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado estão sujeitos:

12. Assembleia e Administração

12.5/6/8. Composição e experiência profissional da administração e do Conselho Fiscal

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Alberto Costa Sousa Camões	.19/11/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2018	Até AGO a ser realizada em 2019
048.555.488-71	Engenheiro	Presidente do CA	25/04/2018	Sim
-				
Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Eduardo Magalhães Oliveira	08/12/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2018	Até AGO a ser realizada em 2019
205.371.978-85	Administrador de empresas	Vice-Presidente do CA	25/04/2018	Sim

Membro do Comitê de Remuneração				
Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Antônio Carlos Romeiras de Lemos	23/09/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2018	Até AGO a ser realizada em 2019
059.565.247-66	Administrador de empresas	Conselheiro Independente	25/04/2018	Sim
Membro do Comitê de Remuneração				
Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Fernando Zingales Oller do Nascimento	17/06/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2018	Até AGO a ser realizada em 2019
270.962.798-14	Economista	Conselheiro Efetivo	25/04/2018	Sim
Membro do Comitê de Remuneração				

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Alan Lewkowicz	09/10/1987	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2018	Até AGO a ser realizada em 2019
368.624.248-66	Empresário	Conselheiro Efetivo	25/04/2018	Sim
Membro do Comitê de Remuneração				
Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Fabio Lewkowicz	10/09/1983	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2018	Até 1ª RCA que seguir a AGO a ser realizada em 2019
317.831.768-65	Empresário	Diretor Presidente	25/04/2018	Sim
Diretor Comercial				

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves	10/01/1972	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2018	Até 1ª RCA que seguir a AGO a ser realizada em 2019
146.327.718-05	Engenheiro	Diretor de Relações com Investidores	25/04/2018	Sim
Diretor Administrativo- Financeiro				
Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Monica Jorgino Marcondes	16/03/1967	Pertence apenas à Diretoria	25/04/2018	Até 1ª RCA que seguir a AGO a ser realizada em 2019
101.167.638-92	Administradora de empresas	Diretora Superintendente	25/04/2018	Sim
-				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Alberto Costa Sousa Camões – 048.555.488-71

Sócio-fundador do Grupo Stratus, firma brasileira de gestão de fundos de private-equity voltada ao middle-market. Atualmente é presidente ou membro de conselhos de administração de empresas investida por fundos geridos pelo Grupo Stratus (Maestro, Flex, Just Fit, BBM). Nos últimos 20 anos participou ou liderou mais de uma dúzia de outros conselhos de administração, inclusive o da primeira empresa com participação de fundos de private equity que foi listada e fez IPO no Bovespa Mais, a Senior Solution, Foi Partner do fundo Newbridge Latin America, afiliado ao Texas Pacific Group (TPG). Foi Head de fusões e aquisições do Banco Pactual. Trabalhou na McKinsey & Co. por vários anos, em projetos estratégicos, operacionais e organizacionais em diversos setores econômicos, no Brasil, México e EUA. Foi no início de sua trajetória profissional engenheiro de campo sênior da Schlumberger, empresa líder mundial em serviços petrolíferos, tendo trabalhado no México e Argentina. Engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com MBA pelo Insead. O Sr. Camões não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Magalhães Oliveira – 205.371.978-85

Graduado em Administração de Empresas pela FGV-SP, com MBA pelo INSEAD (França/Cingapura). O Sr. Oliveira iniciou a carreira como analista na OPP Petroquímica (atualmente Braskem); foi analista no Banco Axial; gerente de investimentos no Grupo Stratus; *investment professional* no Cycladic Capital em Londres e diretor do Pátria Investimentos. O Sr. Oliveira é sócio do Grupo Stratus, tendo ocupado diversas posições na administração das empresas investidas pela firma. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Cinesystem S.A., empresa responsável por uma rede de cinemas. O Sr. Oliveira ocupa a posição de Conselheiro de Administração da Companhia desde outubro de 2011. O Sr. Oliveira não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antônio Carlos Romeiras de Lemos - 059.565.247-66

Graduado em Economia pela Universidade de Edimburgo (Escócia), e Mestre em Economia pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). O Sr Lemos iniciou a carreira como analista de investimentos na Shell; foi gestor de contas corporativas no Citibank em Portugal e mais tarde responsável de mercado de capitais e tesoureiro na mesma instituição. Foi conselheiro do Banco Espírito Santo de Investimentos e responsável global de renda fixa e gestão de riscos desta instituição. Foi CFO do Grupo SAG em Portugal e mais tarde CEO da Unidas S.A., empresa locadora de veículos do Grupo SAG no Brasil. É sócio-gerente da Resolutions, empresa de gestão de projetos imobiliários, e conselheiro independente da Companhia desde abril de 2013. É conselheiro certificado pelo IBCG e administrador de valores mobiliários registrado na CVM. O Sr. Lemos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Zingales Oller do Nascimento – 270.962.798-14

Graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, com MBA pela FGV São Paulo. O Sr. Zingales iniciou sua carreira profissional no Citibank, no *corporate bank*, ocupando posteriormente cargos no DEG – Banco de Desenvolvimento Alemão, atuando com dívidas estruturadas, mezaninos e *private equity*. Atualmente ocupa o cargo de diretor de investimento de um *Family Office* no Rio de Janeiro. O Sr. Zingales não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Alan Lewkowicz – 368.624.248-66

Graduado em Administração de Empresas pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. O Sr. Lewkowicz iniciou a carreira no Grupo ABA, grupo de revenda de automóveis que é controlado pela Família Lewkowicz, na época composto por revendas de automóveis da marca Chevrolet, passando por diversas áreas até assumir, em 2011, a posição de diretor de operações. Atualmente, é responsável pelas operações de vendas do mesmo Grupo, agora composto por três concessionárias Chevrolet, uma Honda automóveis e uma de motocicleta da marca Harley-Davidson. Desde outubro de 2011, ocupa também a posição de Conselheiro da Companhia. O Sr. Lewkowicz não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fabio Lewkowicz – 317.831.768-65

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) de São Paulo, com Pós-Graduação em Finanças Corporativas e *Investment Banking* pela Fundação Instituto de Administração (FIA). O Sr. Lewkowicz iniciou sua carreira no Grupo ABA em 2002, grupo de revenda de automóveis que é controlado pela Família Lewkowicz, e fundou a Companhia em 2007. Desde então, ocupa a posição de Diretor Presidente, na Companhia, passando a cumular este cargo com o de Diretor Superintendente. O Sr. Lewkowicz não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves – 146.327.718-05

Graduado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com MBA pela Nyenrode Universteit (The Netherlands Business School). O Sr. Alves iniciou a sua carreira profissional na General Motors do Brasil, em 1993, ocupando posteriormente posições em bancos de investimento na Holanda e na Alemanha. O Sr. Alves tem mais de 10 anos de experiência em funções executivas em diversas empresas, tendo sido gerente financeiro de 2002 a 2003 e 2008 a 2011 na Unidas S.A., empresa locadora de veículos, em São Paulo. Desde outubro de 2011, ocupa a posição de Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia e foi eleito, em janeiro de 2015, para o cargo de Diretor de Relações com Investidores. O Sr. Alves não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Monica Jorgino Marcondes – 101.167.638-92

Graduada em Letras Inglês/Português pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP, com MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a Sra. Monica iniciou a sua carreira profissional na Hertz Locadora de Veículos Ltda, em 1994, atuando como start up da operação da Hertz no Brasil. A Sra. Monica tem mais de 20 anos de experiência no ramo de locação de automóveis exercendo funções de supervisão e gerência de operações (locadoras Best Fleet e Unidas S/A). Em 2009 atuou como Diretora de Operações no start up da marca chinesa de veículos JAC Motors no Brasil. Desde junho de 2014, ocupa a posição de Gerente de Operações e foi eleita, em julho de 2015, para o cargo de Diretora Superintendente.

A Sra. Monica não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 Composição dos comitês

Composição do Comitê de Remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data de posse	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Experiência profissional/declaração de eventuais condenações	Administrador de empresas	N/A	N/A
Eduardo Magalhães Oliveira	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	42	N/A	
205.371.978-85	-	N/A			
Vice-Presidente do Conselho de Administração		Para informações acerca da Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações, vide item 12.6/8.			

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data de posse	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Experiência profissional/declaração de eventuais condenações	Administrador de empresas	N/A	N/A
Antônio Carlos Romeiras de Lemos	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	59	N/A	
059.565.247-66	-	N/A			
Membro do Conselho de Administração Independente		Para informações acerca da Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações, vide item 12.6/8.			
Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data de posse	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Experiência profissional/declaração de eventuais condenações	Economista	N/A	N/A
Fernando Zingales Oller do Nascimento	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	39	N/A	
270.962.798-14	-	N/A			
Conselheiro Efetivo		Para informações acerca da Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações, vide item 12.6/8.			

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data de posse	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Experiência profissional/declaração de eventuais condenações	Empresário	N/A	N/A
Alan Lewkowicz	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	30	N/A	
368.624.248-66	-	N/A			
Conselheiro Efetivo		Para informações acerca da Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações, vide item 12.6/8.			

12.9. Informações sobre a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Alan Lewkowicz	368.624.248-66	Maestro Locadora de Veículos S.A.	08.795.211/0001-70	Irmão
Membro do Conselho de Administração (efetivo)				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Fabio Lewkowicz	317.831.768-65	Maestro Locadora de Veículos S.A.	08.795.211/0001-70	Irmão
Diretor Presidente, Diretor Superintendente e Diretor Comercial e de Marketing				

<u>Observação</u>				
Os Srs. Alan e Fabio integram o controle acionário da Companhia, em conjunto com sua irmã Natalie, diretamente e por meio da Lewco Participações e Administração Ltda.				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Alan Lewkowicz	368.624.248-66	Maestro Locadora de Veículos S.A.	08.795.211/0001-70	Irmão
Membro do Conselho de Administração (efetivo)				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Natalie Lewkowicz Rivkind	346.821.758-74	Lewco Participações e Administração Ltda.		Irmão
Acionista que integra o controle acionário em conjunto com seus irmãos Fabio e Alan.				
<u>Observação</u>				
O Sr. Alan e a Sra. Natalie integram o controle acionário da Companhia, em conjunto com seu irmão Fabio, diretamente e por meio da Lewco Participações e Administração Ltda.				

Exercício Social encerrado em 2017, 2017 e 2015:

Administrador da Companhia	Cargo	CPF/CNPJ	Pessoa relacionada	Cargo	CPF/CNPJ	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Alan Lewkowicz	Conselheiro Efetivo	368.624.248-66	Aba Motors Coml. Imp. de Peças e Serviços Ltda.	Diretor	01.294.425/00 01-13	Prestação de serviços	Fornecedor

Anexo III

Em cumprimento ao disposto no art.12, inciso II da Instrução CVM nº 481, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia para seus administradores está em linha com as melhores práticas de governança corporativa e visa atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

A remuneração é baseada em pesquisas de mercado e procura alinhar os interesses dos executivos com os dos acionistas e os da Companhia.

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos administradores e funcionários são comparados periodicamente com os de mercado através de pesquisas, de forma que se possa avaliar a sua competitividade e eventualmente, a necessidade de realizar reajustes em alguns componentes da remuneração.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Apenas o Conselheiro Independente recebe remuneração fixa mensal. Após a definição das verbas globais pela assembleia geral, a política de remuneração individual e o valor atribuído é definido e aprovado em reunião do referido órgão.

Nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, os membros do Conselho de Administração farão jus a uma remuneração a ser determinada pelos Acionistas na contratação de cada um dos conselheiros, que, todavia, não poderá exceder 1/3 (um terço) da remuneração atribuída ao diretor presidente da Companhia. Os membros do Conselho de Administração que sejam também partes relacionadas não deverão receber remuneração pelas suas funções como membros do Conselho de Administração da Companhia. Assim, atualmente, apenas o Conselheiro Independente da Companhia recebe remuneração fixa mensal.

Diretoria estatutária e não-estatutária

A Companhia não possui diretoria não-estatutária. A remuneração dos membros da Diretoria estatutária da Companhia é composta por: (i) remuneração fixa (pró-labore); (ii) benefícios, incluindo plano de assistência médica, vale-refeição e a utilização de carro designado pela Companhia com auxílio combustível; e (iii) remuneração variável. Faz parte da compensação anual dos diretores da Companhia o pagamento de bônus após apuração anual de resultados (em relatório elaborado por auditoria externa) e mediante o cumprimento de metas estratégicas, financeiras e operacionais pré-estabelecidas e apresentadas pelo Comitê de Remuneração da Companhia.

Estas metas abrangem indicadores de resultados operacionais, tais como EBITDA, estratégicos, financeiros, comerciais e de recursos humanos. A definição do indicador específico para cada área pode variar a medida da evolução do plano de negócios da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente. Quando instalado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é estipulada pelos acionistas, reunidos em assembleia geral, e dentro dos parâmetros legalmente estipulados.

Comitê de Remuneração

Os membros do Comitê de Remuneração não recebem qualquer remuneração em razão deste cargo.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária foi composta integralmente de remuneração fixa.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia busca, anualmente, avaliar a remuneração praticada pelo mercado com o objetivo de fixar a remuneração de seus administradores. A remuneração fixa dos diretores estatutários e do conselheiro independente é usualmente reajustada anualmente pelo índice geral de preços amplo (IPCA).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração tem por objetivo acompanhar valores de mercado em sua componente fixa e alinhar os interesses de executivos e acionistas na componente variável.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

São componentes fundamentais considerados na determinação da remuneração variável aqueles relacionados com o aumento de valor da Companhia, tais como, entre outras, EBITDA, carteira de clientes (pulverização, rentabilidade e qualidade de crédito), prazo e custos das linhas de financiamento, *turn-over* etc.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis apenas à remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho. Até esta data, o Conselho Fiscal não havia sido instalado. Os membros do Comitê de Remuneração não recebem qualquer remuneração em razão deste cargo.

A remuneração da Diretoria é estruturada para que reflita o atingimento de algumas métricas específicas do plano de negócios aprovado pela Companhia.

As métricas de avaliação são divididas em dois grupos: comuns, ou seja, relacionadas ao desempenho geral da Companhia, e específicas, relativas ao atingimento de objetivos específicos de setores chaves.

Tanto as metas comuns como as específicas podem variar de acordo com a evolução do negócio e do posicionamento estratégico aprovado. A definição do indicador específico para cada área pode variar a medida da evolução do plano de negócios da Companhia.

São exemplos dos indicadores das metas comuns o EBITDA, a dívida líquida e o crescimento global, tanto orgânico como por aquisições, utilizados como parâmetros chaves na avaliação dos executivos da Companhia.

São exemplos de metas específicas típicas a diversificação e o índice de fidelização de clientes (comercial), *turn-over* de colaboradores (RH), custo e *duration* do endividamento (financeiro).

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração leva em consideração a valorização de curto, médio e longo prazo da Companhia, alinhando desta forma os interesses do emissor ao de seus administradores. A evolução dos indicadores de desempenho da própria Companhia está diretamente atrelada à remuneração variável.

Todas as metas descritas no item 13.1.d acima têm como objetivo medir de forma direta (metas comuns) ou indireta (metas específicas) a adição de valor à Companhia. Tais metas são medidas e acompanhadas pelo Conselho de Administração frequentemente, permitindo rápida avaliação da evolução dos negócios e norteando tomadas de decisões que estejam sempre alinhadas com os interesses dos acionistas.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, uma vez que não houve remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não foi estabelecida qualquer regra associada a eventos societários.

13.2/3 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	3,0	0,00	8,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 57.600	R\$ 1.236.000	0,00	R\$ 1.293.600
Benefícios direto e indireto	-	R\$ 135.893	0,00	R\$ 135.893
Participações em Comitês	-	-	0,00	-
Outros	R\$ 11.520	R\$ 247.200	0,00	R\$ 258.720
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		INSS
Remuneração variável				
Bônus	-	R\$ 988.800	0,00	R\$ 988.800
Participação de resultados	-	-	0,00	-
Participação em reuniões	-	-	0,00	-
Comissões	-	-	0,00	-
Outros	-	-	0,00	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Não há incidência de INSS que seja ônus do empregador em razão da forma de pagamento adotada pela Companhia.		-
Pós-emprego	-	-	0,00	-
Cessação do cargo	-	-	0,00	-
Baseada em ações	-	-	0,00	-
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015. Apenas o Conselheiro Independente recebe remuneração em decorrência do exercício de seu cargo.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015.		-
Total de remuneração	R\$ 69.120	R\$ 2.607.893	0,00	R\$ 2.677.013

Remuneração total para Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	3,0	0,00	8,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 56.400	R\$ 1.201.800	0,00	R\$ 1.258.200
Benefícios direto e indireto	-	R\$ 118.732	0,00	R\$ 118.732
Participações em Comitês	-	-	0,00	-
Outros	R\$ 11.280	R\$ 240.360	0,00	R\$ 251.640
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		INSS
Remuneração variável				
Bônus	-	R\$ 600.000	0,00	R\$ 600.000
Participação de resultados	-	-	0,00	-
Participação em reuniões	-	-	0,00	-
Comissões	-	-	0,00	-
Outros	-	-	0,00	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Não há incidência de INSS que seja ônus do empregador em razão da forma de pagamento adotada pela Companhia.		-
Pós-emprego	-	-	0,00	-
Cessação do cargo	-	-	0,00	-
Baseada em ações	-	-	0,00	-
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015. Apenas o Conselheiro Independente recebe remuneração em decorrência do exercício de seu cargo.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015.		-
Total de remuneração	R\$ 67.680	R\$ 2.160.892	0,00	R\$ 2.228.572

Remuneração total para Exercício Social 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	3,0	0,00	8,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 53.400	R\$ 1.131.600	0,00	R\$ 1.185.000
Benefícios direto e indireto	-	R\$ 76.630	0,00	R\$ 76.630
Participações em Comitês	-	-	0,00	-
Outros	R\$ 10.680	R\$ 226.320	0,00	R\$ 237.000
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		INSS
Remuneração variável				
Bônus	-	R\$ 357.515	0,00	R\$ 357.515
Participação de resultados	-	-	0,00	-
Participação em reuniões	-	-	0,00	-
Comissões	-	-	0,00	-
Outros	-	-	0,00	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Não há incidência de INSS que seja ônus do empregador em razão da forma de pagamento adotada pela Companhia.		-
Pós-emprego	-	-	0,00	-
Cessação do cargo	-	-	0,00	-
Baseada em ações	-	-	0,00	-
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015. Apenas o Conselheiro Independente recebe remuneração em decorrência do exercício de seu cargo.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015.		-
Total de remuneração	R\$ 64.080	R\$ 1.792.064	0,00	R\$ 1.856.144

Remuneração total para Exercício Social 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	4,0	0,00	9,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 48.000	R\$ 1.171.243	0,00	R\$ 1.219.243
Benefícios direto e indireto	-	R\$ 129.031	0,00	R\$ 129.031
Participações em Comitês	-	-	0,00	-
Outros	R\$ 9.600	R\$ 234.249	0,00	R\$ 243.849
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		INSS
Remuneração variável				
Bônus	-	R\$ 223.908	0,00	R\$ 223.908
Participação de resultados	-	-	0,00	-
Participação em reuniões	-	-	0,00	-
Comissões	-	-	0,00	-
Outros	-	-	0,00	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Não há incidência de INSS que seja ônus do empregador em razão da forma de pagamento adotada pela Companhia.		-
Pós-emprego	-	-	0,00	-
Cessação do cargo	-	-	0,00	-
Baseada em ações	-	-	0,00	-
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/P/Nº 02/2015. Apenas o Conselheiro Independente recebe remuneração em decorrência do exercício de seu cargo.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015.		-
Total de remuneração	R\$ 57.600	R\$ 1.758.431	0,00	R\$ 1.816.031

13.4 Plano de remuneração baseado em ações

Atualmente, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por nossos administradores, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas abaixo:

	Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	Quotas de Emissão da Lewco Participações e Administração Ltda.
Conselho de Administração	123.431	5.000
Diretoria Estatutária	129.604	5.000

13.6 Remuneração baseada em ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7 Opções em aberto

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9 Precificação das ações/ opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10 Planos de Previdência

No momento, não há plano de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários da Companhia.

13.11 Remuneração máxima, mínima e média

2018:

	Número de Membros	Remuneração Máxima (R\$)	Remuneração Média (R\$)	Remuneração Mínima (R\$)
Conselho de Administração	5,0	69.120	69.120	69.120
Diretoria	3,0	1.079.698	869.298	616.498

Observação: (1) O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015. (2) Somente o Conselheiro Independente recebeu remuneração em decorrência do exercício do cargo. Calculamos o valor médio da remuneração dividindo o valor total da remuneração do órgão pelo número de membros que receberam remuneração neste período. (3) Calculamos o valor médio da remuneração da Diretoria dividindo o valor total da remuneração do órgão, informado no item 13.2 deste Formulário de Referência, pelo número de membros deste órgão.

2017:

	Número de Membros	Remuneração Máxima (R\$)	Remuneração Média (R\$)	Remuneração Mínima (R\$)
Conselho de Administração	5,0	67.680	67.680	67.680
Diretoria	3,0	842.937	720.297	572.937

Observação: (1) O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015. (2) Somente o Conselheiro Independente recebeu remuneração em decorrência do exercício do cargo. Calculamos o valor médio da remuneração dividindo o valor total da remuneração do órgão pelo número de membros que receberam remuneração neste período. (3) Calculamos o valor médio da remuneração da Diretoria dividindo o valor total da remuneração do órgão, informado no item 13.2 deste Formulário de Referência, pelo número de membros deste órgão.

2016:

	Número de Membros	Remuneração Máxima (R\$)	Remuneração Média (R\$)	Remuneração Mínima (R\$)
Conselho de Administração	5,0	64.080	64.080	64.080
Diretoria	3,0	712.061	597.355	433.956

Observação: (1) O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015. (2) Somente o Conselheiro Independente recebeu remuneração em decorrência do exercício do cargo. Calculamos o valor médio da remuneração dividindo o valor total da remuneração do órgão pelo número de membros que receberam remuneração neste período. (3) Calculamos o valor médio da remuneração da Diretoria dividindo o valor total da remuneração do órgão, informado no item 13.2 deste Formulário de Referência, pelo número de membros deste órgão.

2015:

	Número de Membros	Remuneração Máxima (R\$)	Remuneração Média (R\$)	Remuneração Mínima (R\$)
Conselho de Administração	5,0	57.600,00	57.600,00	57.600,00
Diretoria	2,0	692.654	480.424	253.856

Observação: (1) O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015. (2) Somente o Conselheiro Independente recebeu remuneração em decorrência do exercício do cargo. Calculamos o valor médio da remuneração dividindo o valor total da remuneração do órgão pelo número de membros que receberam remuneração neste período. (3) Calculamos o valor médio da remuneração da Diretoria dividindo o valor total da remuneração do órgão, informado no item 13.2 deste Formulário de Referência, pelo número de membros deste órgão.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Para os exercícios em 2017, 2016 e 2015:

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	5,0	3,0
Número de membros que são partes relacionadas aos controladores e receberam remuneração	0,0	1,0
% da remuneração referente a membros que são partes relacionadas aos controladores	0,0	55%

A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado e apenas o Conselheiro Independente da Companhia fez jus a remuneração em decorrência do exercício de seu cargo.

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, visto que nenhum membro da Diretoria estatutária ou do Conselho de Administração recebeu qualquer remuneração resultante de razões diferentes da função ocupada. A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado nos últimos três exercícios sociais.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios social, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável, pois não houve, nos últimos três exercícios sociais, valores reconhecidos nos resultados de controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros da Diretoria estatutária ou do Conselho de Administração. A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado nos últimos três exercícios sociais.

Anexo IV

Em cumprimento ao disposto no artigo 9, III, da Instrução CVM nº 481, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência:

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Condições Financeiras/ Patrimoniais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2015 a Companhia concluiu o ano com importantes melhorias em sua estrutura operacional e financeira. Foram feitos avanços relevantes em seu plano de negócios com destaque para a primeira emissão de debêntures (CVM 476), a listagem no Bovespa Mais e diversificação com qualidade de nossa carteira de clientes.

Mesmo em um ano marcado por um cenário macroeconômico desafiador, a Companhia conseguiu elevar a receita de locação no ano em 9% na comparação com 2014, atingindo R\$ 37.865 mil, distribuídos em 155 clientes. No final de 2015, seu maior cliente representava 14% e os 10 maiores 54% da receita mensal de locação, representando uma importante melhora nos índices de concentração que eram de 18% e 63%, respectivamente, em 2014.

Ao longo de 2015 não houve a renovação da quase totalidade do contrato com seu maior cliente (devido à vista a precificação muito agressiva de competidores), cuja desmobilização foi o principal vetor do crescimento da receita de venda de veículos que totalizou R\$ 26.872 mil, uma variação anual de 113%.

Apesar disto, sua frota manteve-se praticamente estável em termos de número de automóveis, evidenciando capacidade de reação comercial mesmo num ambiente de forte competição.

A Companhia terminou o ano de 2015 com frota total de 2.651 carros, ou 2% a mais que no final do ano anterior. Com o efeito combinado da aquisição de veículos de maior valor agregado e a inflação

do período, o valor de mercado (FIPE) de nossa frota atingiu de R\$ 93.875 mil, aumento de 25% em 12 meses.

A idade média da frota e o prazo médio dos contratos em 31 de dezembro de 2015 eram de 17 e 28 meses, respectivamente.

O endividamento total líquido atingiu R\$ 46.550 mil, inferior em R\$ 31.673 mil e R\$ 47.325 mil ao valor de nossa frota contábil e a mercado respectivamente.

Além disso, com a emissão de debêntures, os vencimentos bancários de curto e longo prazo ficaram respectivamente em 26% e 74%, mostrando significativo e importante alongamento frente à posição final de 2014 que apresentava 69% vencendo em 12 meses.

O fluxo de caixa mensal necessário ao pagamento de juros e principal foi reduzido em 30%, melhorando a flexibilidade financeira e o volume de recursos disponível para o crescimento. A sólida situação patrimonial de balanço, combinada à confortável posição de liquidez e fluxo de caixa propiciam a Companhia ampla margem de manobra para focar no principal objetivo imediato de reverter o resultado operacional e aumentar o retorno sobre capital investido.

O EBITDA ajustado do ano atingiu R\$ 15.316 mil, queda de 9% em relação ao anterior, motivada principalmente pelo aumento dos custos fixos, com investimentos em estrutura comercial. A relação Dívida Líquida/EBITDA de 31 de dezembro de 2015 era de 3,04x, com boa margem de segurança para o limite de covenant contratual das debêntures de 4,0x.

Do resultado total antes de impostos de R\$ (5.561) mil, 53% correspondem a ajustes de natureza não recorrente

- Perda com incobráveis: R\$ 1.345 mil
- Taxa de administração de operações de consórcio (integralmente pagos em 2015): R\$ 1.336 mil
- Despesas com o processo de listagem na Bovespa +: R\$ 309 mil

Sem estes efeitos, o resultado antes de impostos recorrente é de R\$ (2.571) mil, com média mensal de R\$ (214) mil.

A reversão para lucro depende primordialmente da diluição do custo fixo via crescimento, que poderá ser feito organicamente ou por aquisições. A rentabilidade nominal dos contratos tem se mantido constante e temos um pipeline comercial que nos dá confiança na conquista relativamente rápida de novos contratos.

Embora a Companhia esteja trabalhando com a premissa de continuidade de um cenário macroeconômico pouco favorável para 2016, acredita-se que a solução de terceirização de frotas representa uma alternativa de valor para as companhias que buscam otimizar sua estrutura de custos e reforçar o caixa com a venda dos ativos próprios. A Companhia se sente competitivamente pronta para capturar as oportunidades de novos negócios.

A reafirmação do rating das debêntures (BBB+, de longo prazo) emitido em 18 de janeiro de 2016 pela Liberum Ratings corrobora a consistência de sua trajetória recente e seu alicerce financeiro e operacional.

Em 2015 a Companhia se preparou para melhor suportar situações externas adversas e contou com estes avanços para buscar patamares de rentabilidade sobre patrimônio crescentes.

A Maestro conclui o ano de 2016 com conquistas significativas em seu plano de negócios. Crescemos a receita de aluguel de frota, apesar do cenário macroeconômico desafiador e do aumento da competição em geral, e tivemos aumento generalizado e consistente das margens operacionais ao longo dos períodos.

A receita de locação anual cresceu 6,5%, aumento de R\$2,4m no período, atingindo total de R\$40,3m, distribuída em 140 clientes.

Ao longo de 2016, substituímos nosso maior cliente de anos anteriores sem apresentar volatilidade em nossa receita mensal. A concentração da carteira mantém o patamar de 2015 para o Top1 e Top10: respectivamente 17,1% e 55,4% da receita de locação.

Terminamos o ano de 2016 com frota total de 2.486 carros estando 98% deste total locado. O valor de mercado (FIPE) de nossa frota atingiu R\$ 99,1m apresentando assim crescimento de 6% em 12 meses.

A idade média da frota e o prazo médio dos contratos em Dez/16 eram de 18,2 e 31,3 meses respectivamente.

O endividamento total líquido em final de 2016 atingiu R\$58,1m, inferior em R\$22,7m e R\$41,0m ao valor de nossa frota contábil e a mercado na mesma data, respectivamente.

Esta dívida apresenta, desde a emissão de debêntures em 2015, perfil de alongamento bastante satisfatório com 33,7% e 66,3% vencendo no curto e longo prazos, respectivamente.

A geração de caixa operacional somada a venda mensal típica de veículos em desmobilização de frota tem sido consistentemente superior ao pagamento de dívida (juros e principal). Desta forma, as linhas de crédito contratadas ao longo de 2016 foram destinadas à aquisição de novos veículos, seja para renovação de contratos ou aquisição de novos clientes.

O EBITDA ajustado de 2016 atingiu R\$19,9m, um aumento de 24% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA que era de 42,3% da receita líquida de locação (Locação de veículos (-) impostos) subiu para 55,5%, com contribuição decisiva da diminuição dos custos diretos da operação (margem bruta subiu 43,3%).

Em nossa mensagem de 2015, mencionávamos que o resultado antes de impostos médio era de R\$(463) mil/mês, devido ainda ao impacto da estrutura fixa elevada para o tamanho da frota.

Em 2016, o resultado total antes de impostos foi de R\$(1.103) mil, equivalente a um prejuízo menor, de R\$(91,8) mil/mês. Vale ressaltar que a empresa atingiu o break-even em outubro de 2016, ainda insuficiente para reverter o acumulado do ano, mas demonstrando claramente uma tendência ascendente de resultado.

A reversão para lucro continua dependendo da diluição do custo fixo via crescimento.

O principal obstáculo a este crescimento em 2016 foi a diminuição generalizada da disponibilidade de crédito em condições de prazo e custo que fizessem sentido à manutenção da rentabilidade sobre o capital investido da companhia. Se houvesse ao longo do último período maior oferta de linhas de financiamento nas condições buscadas, certamente teríamos alcançado níveis de crescimento, e consequentemente rentabilidade maiores. A rentabilidade dos contratos tem se mantido constante e temos um pipeline comercial que nos dá confiança na aquisição relativamente rápida de novos contratos.

Continuamos com perspectiva de cauteloso otimismo em 2017. Buscaremos a continuidade do aumento da rentabilidade sobre o capital investido, independente das condições econômicas e de mercado. Entretanto, vemos como positivo a tendência atual de queda da taxa básica de juros e retomada de atividade econômica, que poderão se traduzir em aceleração do crescimento de receita e margens.

A reafirmação do rating das debêntures (BBB+, de longo prazo), emitido em 22/Fev/2016 pela Liberum Ratings, corrobora a consistência de nossa trajetória recente e nossos alicerces financeiro e operacional.

Concluimos o relatório de 2015 mencionado que “preparamos a companhia para melhor suportar situações externas adversas, e contamos com estes avanços para buscar patamares de rentabilidade sobre patrimônio crescentes”. Os números de 2016 corroboram esta posição e nos dão confiança que continuaremos nossa trajetória para os próximos períodos.

Em 2017 a Maestro continuou avançando de forma importante no desenvolvimento de seu plano de negócios. O objetivo de aumentar gradativa e consistentemente a rentabilidade foi atingido no último ano com o resultado positivo antes de impostos de R\$1.050, reafirmando tendência de aumento de lucratividade apresentado desde o segundo semestre de 2016.

Os principais vetores de evolução têm sido a incansável busca pela otimização na utilização do ativo (eficiência operacional em todas as fases do ciclo de locação de longo prazo) e a redução das despesas financeiras, em ambiente favorável tendo em vista a queda da taxa básica de juros. A diluição do custo fixo de estrutura, via crescimento da receita de locação ainda se apresenta como um ponto de melhoria nos períodos futuros.

A receita de locação anual cresceu 4,5%, aumento de R\$1.796 no período, atingindo total de R\$42.070, distribuída em 130 clientes.

Ao longo de 2017, conquistamos e aumentamos a participação em clientes importantes e com contratos com duração longa, entre 4 e 5 anos, elevando a prazo médio dos contratos para 39 meses (31 meses em 2016). A concentração da carteira mantém o patamar de anos anteriores com o 18,7% para o maior cliente e 61,4% para os Top10.

Terminamos o ano de 2017 com frota total de 2.429 carros estando 95% deste total locado. Sendo o valor de mercado (FIPE) de nossa frota R\$ 107.500, importante aumento de 16% em relação ao valor de R\$92.800 de 2016.

A idade média da frota em Dez/17 era de 16,8 meses (18,2 meses em Dez/2016).

O endividamento total líquido atingiu R\$61.115, inferior em R\$31.222 e R\$46.385 ao valor de nossa frota contábil e a mercado (FIPE), respectivamente.

Esta dívida apresenta perfil de alongamento satisfatório e confortável de 43,4% e 56,5% vencendo no curto e longo prazos.

A geração de caixa operacional, somada a venda mensal típica de veículos em desmobilização de frota, tem sido consistentemente superior ao pagamento de dívida (juros e principal). Desta forma, as linhas de crédito contratadas ao longo de 2017, tal como em 2016, foram destinadas à aquisição de novos veículos, seja para renovação de contratos ou aquisição de novos clientes.

O EBITDA ajustado de 2017 atingiu R\$21.066 aumento de 5,9% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA sobre a receita líquida de locação que era de 54,4% atingiu 55,2%, com

contribuição decisiva da diminuição dos custos diretos da operação. A margem bruta subiu pelo segundo ano consecutivo, indo no período de 12 meses de 54,6% para 59,7%.

O resultado financeiro líquido também contribuiu de forma significativa no resultado final tendo caído 11,2% em 2017, atingindo o valor anual de R\$10.816, queda de R\$1.360 em relação aos 12 meses de 2016.

O lucro líquido foi de R\$382 e não é diretamente comparável ao valor de R\$12.824 de 2016, que continha ajuste não recorrente de impostos diferidos de R\$14.076. A alíquota efetiva de impostos em 2017 foi de 64% devido ainda a algum carregamento de impostos correntes/diferidos do ano anterior. Este valor deve convergir paulatinamente para 34% no médio/longo prazos.

No relatório de 2016 comentávamos que o principal obstáculo ao crescimento da Maestro havia sido a diminuição generalizada da disponibilidade de crédito em condições de prazo e custo que fizessem sentido à manutenção da rentabilidade sobre o capital investido da companhia. Em 2017, especialmente no segundo semestre, temos verificado uma melhora significativa nas perspectivas de *funding*. A rentabilidade dos contratos tem se mantido constante e temos um pipeline comercial que nos dá confiança na aquisição relativamente rápida de novos contratos.

A exemplo de anos anteriores, continuaremos buscando a continuidade do aumento da rentabilidade sobre o capital investido, independente das condições econômicas e de mercado. Nesse contexto, vemos como positivo a tendência atual de queda da taxa básica de juros e retomada de atividade econômica que poderão se traduzir numa aceleração do crescimento de receita e margens.

A reafirmação do rating das debêntures (BBB+, de longo prazo) emitido em 20/02/2017 pela Liberum Ratings corrobora a consistência de nossa trajetória recente e nosso alicerce financeiro e operacional.

Concluimos reafirmando nosso compromisso de continuamente avançar em nossos objetivos de rentabilização do capital investido, atendendo nossos clientes de forma diferenciada, com alto nível de eficiência operacional e solidez financeira. Os números de 2017 corroboram esta posição e nos dão confiança que continuaremos nossa trajetória de crescimento sustentado para os próximos períodos.

A tabela abaixo apresenta um resumo de nossas informações operacionais e financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, bem como outros indicadores que refletem o desempenho da Companhia.

INDICADORES

R\$ mil	<u>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</u>		
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultados Operacionais			
Receita de Locação (*)	38.180	36.548	34.358
<i>Crescimento anual</i>	4,46%	6,37%	9,4%
Receita com venda de veículos	32.809	23.921	26.872
<i>Crescimento anual</i>	37,16%	-10,98%	113,7%
Receita total	70.989	60.469	61.230

<i>Crescimento anual</i>		-1,24	39,2%
EBITDA	21.066	19.893	15.316
<hr/>			
Balço			
Frota Total (num. Veículos)	2.429	2.486	2.651
Valor Frota Total Líquida	92.375	82.180	93.875
Endividamento Bruto (**)	76.570	69.071	64.994
Endividamento Líquido	61.115	58.107	46.550
Patrimônio Líquido	49.902	49.520	36.696
<hr/>			
Ratios Financeiros			
Dívida Líquida/EBITDA (x)	2,90	2,92	3,04
Dívida Líquida/Frota Líquida Balço (x)	0,66	0,71	0,59
Dívida Líquida/PL (x)	1,22	1,17	1,27
Despesas Financeiras Líquidas/EBITDA (%)	51%	61%	77%
<hr/>			

(*) Ver item “7.2.b - receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor”.

(**) O Endividamento Bruto considera “Empréstimos e financiamentos” e “Consórcios a pagar” no curto e longo prazos. Exclui, entretanto, o saldo de “Fornecedores” por não ser passivo oneroso.

Investimentos

Em 2017 a Companhia investiu R\$48.420 em aquisição de novos veículos perfazendo total de 1.052 carros ao preço médio de R\$45,9 mil por veículo. Em 2016 o valor médio dos carros comprados foi de R\$ 43,3 mil, aumento de 5% no valor de compra. Os descontos com montadoras permaneceram em valores equivalentes.

Em 2017 a Companhia investiu R\$37.090 mil em novos veículos perfazendo total de 873 veículos ao preço médio de R\$42,5 mil por veículo. Em 2015, o valor médio dos carros comprados foi de R\$ 37,7 mil, aumento de 12% no valor unitário de compra, refletindo diretamente escolha por mix de carros mais caros. Os descontos com montadoras permaneceram em valores equivalentes.

A Companhia investiu em 2015, R\$ 44.771 mil, ou seja, um crescimento de 95% em relação ao ano anterior. Foram adquiridos 1.243 veículos, perfazendo uma média de R\$ 37,7 mil/veículo. Em 2014 o valor médio dos carros comprados foi de R\$ 32 mil, aumento de 18% no valor de compra refletindo diretamente escolha por mix de carros mais caros. Os descontos percentuais com montadoras permaneceram em valores equivalentes.

Patrimônio Líquido (Capitalização)

A variação do patrimônio líquido reflete na integralidade o efeito do resultado acumulado no período.

Indicadores

Indicadores (x)	2017	2016	2015
Divida Líquida/EBITDA	2,90	2,92	1,91
Dívida Líquida/Frota Líquida	0,66	0,71	0,60
Dívida Líquida/PL	1,22	1,17	1,67

Os *ratios* atuais garantem bom espaço para crescimento futuro sem prejuízo da sustentabilidade financeira em patamares adequados ao ciclo de negócios da Companhia. A evolução dos índices está relacionada ao aumento do valor do ativo (veículos) e dívida associada.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$49,9 milhões, o que significa um aumento de R\$0,4 milhão, em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 que era de R\$49,5 milhões, e de R\$36,7 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 63,3% equivalente a capital de terceiros e 36,61% de capital próprio (59,27% e 40,73% em 2016 e 65,9% e 34,1% em 2015), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

R\$ mil	2017	2016	2015
Passivo circulante + Passivo não circulante	86.411	72,062	71.032
Patrimônio líquido	49.902	49.520	36.696
Total do passivo	136.313	121.582	107.728
Capital de terceiros	63,39%	59,27%	65,9%
Capital próprio	36,61%	40,73%	34,1%

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, não havia qualquer direito de resgate de ações em vigor e não havia qualquer hipótese de resgate de ações além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando nosso perfil de endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez, nossos diretores acreditam que possuímos recursos de capital suficientes, em níveis de liquidez satisfatórios, para honrar nossos compromissos financeiros. Ainda que seja necessária a contratação de empréstimos e financiamentos para a condução de nossos negócios e para a implementação de nossa estratégia de

expansão e crescimento, nossos diretores acreditam que temos condições de obtê-los e capacidade para pagá-los no curso normal de nossas atividades, conforme mencionado anteriormente.

A Companhia monitora de forma sistemática a relação entre a sua dívida líquida, a frota e sua geração de caixa operacional.

Para que o crescimento de frota não desequilibre a sustentabilidade financeira, a Companhia procura fazer captações junto ao mercado financeiro com *duration* de dívida maior que o dos contratos com clientes.

As captações de empréstimo têm sido feitas com prazo de pelo menos 36 meses, com *duration* equivalente a 18 meses, superior em 4 meses ao mesmo indicador dos contratos com clientes.

Para uma análise da capacidade de pagamento da Companhia em relação aos compromissos financeiros assumidos, vide indicadores apresentados no item 10.1.a acima.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a aquisição de veículos, a Companhia utiliza a combinação entre capital próprio, por meio de aportes de capital de seus acionistas e geração de recursos pelos ativos, e capital de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Em geral, os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de recursos próprios e por meio da captação de recursos. Portanto, sempre que a administração da Companhia entende apropriado, obtém empréstimos e financiamentos para realização dos investimentos da Companhia e cumprimento das obrigações financeiras por ela assumidas perante terceiros.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para cobertura de deficiências de liquidez eventualmente constatadas, pretendemos utilizar alternativas diversificadas de *funding* que incluem o aumento da exposição com os atuais parceiros e a abertura de novos relacionamentos bancários. Adicionalmente, realizamos, em fevereiro de 2015, a primeira emissão de debêntures da Companhia e contamos com a possibilidade de fazer novas operações estruturadas como fonte adicional de diversificação de estratégia de *funding*.

Trabalhamos de forma planejada com o objetivo de ter sempre linhas de financiamento disponíveis antes de termos efetiva necessidade e mantemos posição de caixa suficiente para que possamos escolher as melhores alternativas de *funding* nas várias condições de mercado.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A maior parte do endividamento da Companhia é composta por contratos de empréstimos e financiamentos celebrados com instituições financeiras com o objetivo de financiar a aquisição de veículos para locação.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta empréstimos e financiamentos era de R\$69,1 milhões (R\$64,9 milhões em 2015 e R\$51,8 milhões em 2014).

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da conta empréstimos e financiamentos combinada com a conta de consórcios a pagar era de R\$69,1 milhões (R\$64,9 milhões em 2015 e R\$51,8 milhões em 2014).

A tabela abaixo apresenta a posição de endividamento da Companhia, nos períodos indicados:

Endividamento R\$ mil	2017	2016	Variação 17 x 16	2016	2015	Variação 16 x 15
Circulante	31.487	23.256	8.231	23.256	17.009	6.247
Não circulante	45.083	45.815	(732)	45.815	47.985	2.170
Endividamento Bruto Total	76.570	69.071	7.499	69.071	64.994	4.077
Caixa e Aplicações	15.169	10.964	4.205	10.964	18.444	7.480
Endividamento Líquido Total	61.401	58.107	3.294	58.107	46.550	11.557

A variação do endividamento no exercício está diretamente relacionada à diferença de preço entre o carro novo e o desmobilizado na renovação da frota.

O aumento do endividamento líquido total, no valor de R\$3.294, tem como principal vetor a compra de carros cuja variação na frota total (a valor de compra) foi de R\$10.400.

As variações nas contas de capital de giro, principalmente fornecedores com aumento de R\$5.279 devido ao prazo de pagamento com montadoras no final do período em 2017, e a margem operacional (EBITDA) explicam o restante da variação do endividamento líquido.

No ano de 2016 O aumento do endividamento total, no valor de R\$11.557 mil, tem como principal vetor o net capex (compra-venda) que foi de R\$14.472 mil.

A margem operacional (EBITDA) e as variações nas contas de capital de giro, explicam o restante da variação do endividamento líquido.

Com a emissão de debêntures (CVM 476) tivemos importante alongamento do perfil do endividamento. A dívida vencendo no curto prazo (circulante) aumentou ligeiramente com o menor número de linhas de financiamento tomadas em 2016, cujo prazo total contratado foi de 3-4 anos.

Esta flexibilidade financeira adicional, num momento de crédito escasso e muito seletivo, nos posiciona de forma sólida para enfrentar os desafios econômicos atuais.

A seguir, será apresentada uma breve descrição dos contratos considerados relevantes celebrados com os principais credores da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2015:

Em 14 de junho de 2017, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco Pan no valor principal de R\$9.600, com vencimento final em 16 de dezembro de 2019. Durante o prazo de vigência a Companhia deve manter o mínimo de 20% do saldo devedor em aplicações financeiras de uso restrito.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco Pan CCB no valor principal de R\$10.050, com vencimento final em 16 de dezembro de 2019 a qual durante o prazo de vigência está sujeita ao cumprimento trimestral de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, exigíveis a partir de 30 de setembro de 2017, tendo por base as demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações financeiras anuais auditadas em 31 de dezembro.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía em seu passivo qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras relevantes, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 30 de janeiro de 2015 a Companhia realizou a primeira emissão de 620 debêntures simples não conversíveis em ações, junto ao agente fiduciário Pentágono S.A., e estruturada pelo Banco Modal no montante total de R\$62.000, com remuneração anual de CDI + 4,17%, tendo sido efetivamente subscrito o valor de R\$61.230.

As debêntures não possuem carência para amortização dos juros e do saldo devedor, sendo os mesmos amortizados em 60 meses a partir de 1º dia de fevereiro de 2016, com parcelas iguais a 1,66% do saldo devedor. O término das amortizações está previsto para 30 de janeiro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava em cumprimento com seus *covenants* financeiros, conforme tabela abaixo:

Condição contratual	Restrição	Realizado
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 4,25	2,90
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo patrimônio líquido	< 3,25	1,23
(iii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pela frota total líquida	< 0,85	0,66

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não possuímos financiamentos já contratados para recebimento e utilização em parcelas. Desta forma, a totalidade dos recursos disponíveis nos termos dos contratos e instrumentos financeiros celebrados pela Companhia foram integralmente disponibilizados e tomados de acordo com os termos contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise dos resultados das operações

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

A tabela a seguir apresenta informações financeiras auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	AV	2016	AV	Variação	
(em R\$ mil, exceto percentuais)		(%)		(%)	(%)	
Demonstração do Resultado						
Receita líquida	70.989	100,0%	59.983	100%	11.006	18%
Bruta de Locação	42.070	59,3%	40.274	67,1%	1.796	4,5%
(-) impostos sobre receita locação	(3.890)	-5,5%	(3.725)	-6,2%	(165)	4,4%
Venda de veículos	32.809	46,2%	23.434	39,1%	9.375	40,0%
Custo de locação e venda de veículos	(49.783)	70,1%	(41.486)	69,2%	(8.297)	20,0%
Lucro bruto	21.206	29,9%	18.497	30,8%	2.709	14,6%
(Despesas) receitas operacionais administrativas e gerais (a)	(9.555)	13,5%	(9.214)	15,4%	(341)	3,7%
Outras receitas operacionais (b)	215	0,3%	1.790	3,0%	(1.575)	-88,0%
Total operacionais (a)+(b)	(9.340)	-13,2%	(7.424)	-12,4%	(1.916)	25,8%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	AV	2016	AV	Variação	
(em R\$ mil, exceto percentuais)		(%)		(%)	(%)	
Resultado antes das despesas fin. liq. e impostos	11.866	16,7%	11.073	18%	793	7,2%
Despesas financeiras	(12.403)	17,5%	(14.788)	25%	2.385	-16,1%
Receitas financeiras	1.587	2,2%	2.612	4%	(1.025)	-39,2%
Despesas financeiras, líquidas	(10.816)	-15,2%	(12.176)	-20%	1.360	-11,2%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.050	1,5%	-1.102	-2%	2.152	-195,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(668)	-0,9%	13.926	23%	(14.594)	-104,8%
(Prejuízo) lucro líquido do período	382	0,5%	12.824	21%	-12.442	-97,0%

Receita Líquida

A receita líquida total é composta de receita de aluguel e receita de venda de venda de veículos.

A receita de aluguel de carros de 2017 apresentou elevação de 4,5% em relação ao ano anterior, atingindo R\$42.070. Esta variação é praticamente toda devida ao aumento de ticket médio e ao mix mais elevado, tendo a frota locada do ano tendo ficado praticamente no estável em relação à 2016. A receita de vendas de veículos foi de R\$32.809, aumento de 40% em relação ao ano anterior, devida à maior quantidade de veículos em final de contrato e disponíveis para venda em 2017.

Custo de Locação de Veículos

O custo de locação de veículos, que em 2017 representou 70,1% da receita líquida (69,2% em 2016), aumentando em R\$8.297 e atingindo R\$49,8 m.

Os drivers de variação foram:

- Os custos associados aos veículos vendidos aumentaram em R\$8.238, equivalente a 99,3% da variação da conta total. Este incremento foi devido ao maior volume de venda de carros em fim de contrato (como citado no parágrafo anterior).
- Custos operacionais, incluindo o de manutenção de veículos, caíram 4% com as diversas iniciativas de melhoria operacional, renovação de frota e gestão do ativo.
- Custos de depreciação aumentaram 4,2%, valor inferior aos 13% de aumento no ativo-carro nos respectivos finais de período 2017-2016. O resultado na venda de veículos assegura a robustez do índice de depreciação utilizado.

(Despesas) receitas operacionais administrativas e gerais

As despesas operacionais administrativas permaneceram praticamente estáveis em termos reais, com acréscimo nominal de 3,7%.

O principal *driver* de variação foram as contas relativas a terceiros com contratação de consultoria tributária e fiscal, entre outros.

Em 2016, tivemos uma contribuição positiva importante, de R\$1.790, na conta de “outras receitas operacionais”, receitas estas compostas por itens não recorrentes de aluguel como reembolsos em geral, incluindo os itens relativos à recuperação de valores de manutenção. Em 2017, esta conta voltou à patamares recorrentes normais e atingiu R\$215.

Resultado na venda de veículos em desmobilização para frota.

Em 2016, vendemos os veículos em desmobilização para frota a 103% do custo total, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos temos vendidos nossos carros através de nosso network de parceiros lojistas em todo território nacional.

Gerencialmente definimos o resultado de venda de veículos como abaixo:

Receita de venda de veículos = A = R\$23.434

Custo dos veículos (baixa ativo) = B = R\$23.945 m

Recuperação de avarias para venda = C = R\$1300 (parte da rubrica “manutenção”).

$A/(B-C) = 23,4/(24,0-1,3) = 103\%$.

Em 2017, melhoramos ainda mais este indicador, atingindo 106% do valor do ativo.
De forma análoga:

Receita de venda de veículos = A = R\$32.809

Custo dos veículos (baixa ativo) = B = R\$32.183

Recuperação de avarias para venda = C = R\$1.000 (parte da rubrica “manutenção”).

$$A/(B-C) = 32,8/(32,2-1,2) = 106\%.$$

EBITDA

EBITDA R\$ mil	2017	2016	Var. % (17/16)
Lucro antes de impostos (EBT)	1.050	-1.104	-195,1%
(-) Despesas financeiras líquidas	10.816	12.176	-11,2%
(-) Depreciação	9.199	8.820	4,3%
EBITDA	21.065	19.892	5,9%
Receita Líquida de Locação	38.180	36.549	
Margem EBITDA (%)	55,2%	54,4%	

Despesas financeiras líquidas

O resultado financeiro líquido caiu R\$1.360 ou 11,2%, mesmo com ligeiro aumento do endividamento (vide quadro abaixo), com a contribuição significativa da queda da taxa básica de juros ao longo de 2017.

Imposto de Renda e CSLL

O imposto de renda corrente de 2017 atingiu R\$629 aumento de R\$417 em relação ao ano anterior, reflexo da melhora do resultado global e conseqüentemente do lucro tributável.

A alíquota de imposto de renda diferido foi de R\$39, sem comparação direta com os efeitos de ajuste não recorrentes de 2016.

Lucro antes de Impostos e Lucro Líquido.

A combinação dos fatores anteriormente citados levou o resultado antes de impostos a R\$1.050 ante a uma perda de R\$(1.103) no ano anterior.

O lucro líquido atingiu R\$382 em 2017. Em 2016 o resultado havia sido positivo em R\$12.824 com o efeito não recorrente da reavaliação do ativo diferido conforme nota anterior.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

tabela a seguir apresenta informações financeiras auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016					
	2016	AV	2015	AV	Variação 2016x2015	
(em R\$ mil, exceto percentuais)		(%)		(%)		(%)
Demonstração do Resultado						
Receita líquida	59.983	100%	61.230	100%	-1.247	-2%
Custo de locação e venda de veículos	-41.486	69%	-44.230	74%	2.744	-6%
Lucro bruto	18.497	31%	17.000	26%	1.497	9%
(Despesas) receitas operacionais administrativas e gerais (a)	-9.214	15%	-11.660	19%	2.446	-21%
Outras receitas operacionais (b)	1.790	3%	853	1%	937	110%
Total operacionais (a)+(b)	-7.424	-12%	-10.807	-18%	3.383	-31%
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos	11.073	18%	6.193	10%	4.880	79%
Despesas financeiras, líquidas						
Despesas financeiras	-14.788	25%	-16.561	27%	1.773	-11%
Receitas financeiras	2.612	4%	4.807	8%	-2.195	-46%
Despesas financeiras, líquidas	-12.176	-20%	-11.754	-19%	-422	4%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	-1.103	-2%	-5.561	-9%	4.458	-80%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.927	23%	-3.723	-6%	17.650	-474%
(Prejuízo) lucro líquido do período	12.824	21%	-9.284	-15%	22.108	-238%

Receita Líquida

A receita líquida total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

A receita de aluguel de carros de 2016 apresentou elevação de 6,4% em relação ao ano anterior, atingindo R\$40.274 mil. Esta variação é praticamente toda devida ao aumento de ticket médio e ao mix de carros de valores unitários mais elevados, tendo a frota locada do ano em termos de número de unidades ficado praticamente estável em relação à 2015.

A receita de vendas de veículos foi de R\$ 23.434mil, queda de 12,8% em relação ao ano anterior, devida à menor quantidade de veículos em final de contrato e disponíveis para venda em 2015.

Custo de Locação e Venda de Veículos

O custo de locação e venda de veículos, que em 2016 representou 69% da receita líquida de locação (72% em 2015), caiu R\$2.743mil em relação a 2015, atingindo R\$41.486mil.

Contribuíram para esta melhora:

- Custos de manutenção de veículos, caíram 8,4% com as diversas iniciativas de melhoria operacional, renovação de frota e gestão do ativo.

- Redução dos custos associados à venda de veículos de 11,7%, com a menor quantidade de unidades vendidas.

Importante ressaltar que a queda na conta de custo de locação de veículos ocorreu apesar do aumento de 17,9% na depreciação de veículos, evolução pari-passu com o aumento do valor do ativo.

(Despesas) receitas operacionais administrativas e gerais

Apesar do ambiente inflacionário, as despesas operacionais administrativas e gerais caíram de forma significativa em 2016 com a ausência de efeitos não recorrentes que afetaram o ano anterior. A redução foi de 31% equivalente à R\$3.383mil.

Contribui também o aumento de “outras receitas operacionais” que aumentou R\$937mil, praticamente o valor do ano anterior. Estas receitas são compostas, entre outras coisas, por itens não recorrentes do aluguel como reembolsos em geral, incluindo os itens relativos à recuperação de avarias na venda de usados.

Resultado na venda de veículos em desmobilização para frota.

Em 2016, vendemos os veículos em desmobilização para frota a 103% do custo total (após ajuste por reembolso de avaria, conforme definido abaixo), evidenciando solidez na política de precificação e sólido canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos, temos vendidos nossos carros através de nosso network de parceiros lojistas em todo território nacional.

Gerencialmente definimos o resultado de venda de veículos como abaixo:

Receita de venda de veículos = A = R\$23.434mil

Custo dos veículos (baixa ativo) = B = R\$23.945mil

Recuperação de avarias para venda = C = R\$1.282mil (parte da rubrica “outras receitas operacionais”).

$$A/(B-C) = 23.434/(23.945-1.282) = 103\%.$$

EBITDA

EBITDA R\$ mil	2016	2015	Var. % (16/15)
Lucro antes de impostos (EBT)	-1.103	-5.442	-79,71%
(-) Despesas financeiras líquidas	12.176	11.755	3,58%
(-) Depreciação	8.820	8.114	9,43%
EBITDA	19.893	14.427	38,29%
(-) Baixa de incobráveis	-	1.345	
(-) Despesas não recorrentes de listagem	-	66	
EBITDA Ajustado	19.893	16.022	124,52%

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras líquidas subiram R\$422mil ou 3,6% no período, variação em linha com o endividamento médio e o ligeiro aumento do custo de captação em 2016.

Reavaliação do ativo diferido de imposto de renda

Com a melhoria das margens do negócio e conseqüente melhora na perspectiva de rentabilidade futura, apresentamos plano de recuperabilidade de impostos diferidos, permitindo a reversão de impairment do ativo diferido de imposto de renda e CSLL. O efeito líquido desta reavaliação, que inclui efeitos de anos anteriores, foi reconhecida em 2016, com variação positiva no resultado de R\$14.139mil.

Lucro antes de Impostos e Lucro Líquido.

A combinação dos fatores anteriormente citados levou o resultado antes de impostos a R\$(1.103) mil, com expressiva melhora em relação ao número de R\$(5.561) mil do ano anterior.

O lucro líquido atingiu R\$ 12.824 mil em 2016. No ano anterior, o resultado havia sido negativo em R\$(9.284)mil. Esta variação é consequência direta do resultado antes de impostos e do efeito da reavaliação do ativo diferido conforme nota anterior.

10.2. Resultados das operações da Companhia

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita total da Companhia é composta pela receita de locação e da receita de venda de veículos ao final do período do contratual. A receita de venda de veículos é uma atividade acessória e complementar à receita de locação.

A receita de aluguel tem como principais componentes a depreciação do veículo, a taxa de *funding* com que é financiado, bem como os custos operacionais e de documentação associados ao mesmo.

Aumentos na taxa básica de juros, no *spread* de captação, nas condições de compra e venda bem como nos custos de serviços automotivos (peças e serviços) afetam materialmente os resultados operacionais.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Todos os contratos com clientes são reajustados anualmente a partir do 12º mês de vigência por algum índice usual de mercado, sendo o mais comum o IGPM. A aplicação deste índice tem coberto de forma satisfatória os aumentos de insumos e serviços que a Companhia esteja exposta.

Não temos qualquer exposição, ativa ou passiva, à variação cambial.

Novos produtos e serviços são desenvolvidos de forma a atender demandas específicas de alguns clientes e que traga valor agregado aos mesmos e lucros à Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O impacto da inflação é coberto pelo reajuste anual definido em contrato, como explicitado em item anterior. O eventual descasamento pode ocorrer nos primeiros 12 meses após o início da locação, mas este risco é mitigado pelo fato de corresponder ao período onde o veículo apresenta cobertura pela garantia de fábrica e menores necessidades de manutenção.

10.3 Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista a ausência de introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista a ausência de constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista a ausência de operações e/ou eventos não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores da Companhia entendem que não houve alterações em práticas contábeis que tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras, pois a Companhia adotou práticas e políticas contábeis consistentes para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 não contém quaisquer ressalvas ou ênfases.

10.5 Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de

ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

A estimativa dos valores residuais de veículos para o momento futuro em que estes serão vendidos, tipicamente 28 meses após sua precificação assumem, implicitamente, que depreciações apuradas para modelos e marcas específicas manterão nos meses seguintes a mesma tendência apurada historicamente.

Eventos como saída de linha ou *face-lift* de modelos de veículos da frota são de difícil previsibilidade e carregam risco intrínseco de julgamento e subjetividade.

10.6 Controles Internos

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia, referindo-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

A Companhia não possui operações que não sejam registradas nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que a Companhia não possui itens não refletidos nas demonstrações

10.7 Destinação de recursos de ofertas públicas

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, visto que a Companhia não possui itens não refletidos nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, visto que a Companhia não possui itens não refletidos nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que a Companhia não possui itens não refletidos nas demonstrações

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em aquisição de frota serão feitos segundo planejamento dos diretores, levando-se em consideração as oportunidades de mercado em que a Companhia atua, o ciclo operacional dos veículos na frota existente, o ambiente de negócios na atividade de venda de seminovos, entre outros. A compra de veículos é feita somente após o fechamento comercial de contratos de locação. Desta forma, o volume de investimento a ser realizado nos próximos anos é função direta e exclusiva do fechamento de novos contratos comerciais.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento são operações tradicionais de crédito, como CDC, Leasing e Capital de Giro, com bancos de primeira linha e com duração igual ou superior à dos contratos de locação com clientes. Operações estruturadas tais como debêntures e CCB's também são fontes importantes de financiamento. O mix entre operações bancárias e estruturadas será definido de acordo com as oportunidades de mercado à época de cada investimento.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os desinvestimentos relevantes são na totalidade venda de veículos realizados entre 30 e 60 dias em média após o término do contrato de locação. Desta forma, como os contratos de locação atualmente ativos têm até 36 meses de duração, toda a frota atual será desinvestida em até 38 meses (36 meses de contrato mais 2 meses de prazo máximo de venda).

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Excluindo-se os investimentos em frota mencionados no item (i) acima, realizados de acordo com o plano de investimentos da Companhia, não há previsão de outros investimentos de capital relevantes.

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há previsão imediata de implementação de novos produtos e serviços em relação ao portfólio já existente.

10.9 Outros fatores com influência relevante:

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este ponto.

(Folha de assinaturas da Proposta de Administração da Companhia à Assembleia Geral Ordinária)

São Paulo, 26 de março de 2018.

Fabio Lewkowicz
Diretor Presidente

Carlos M. De O. M. B. Alves
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores